

2016

RELATÓRIO TÉCNICO

68

Fortalecimento Institucional do Conselho Nacional de Saúde

1. IDENTIFICAÇÃO DO TC/TA

NÚMERO DO TC:	68		
TÍTULO DO TC:	Fortalecimento Institucional do Conselho Nacional de Saúde		
Objeto do TC:	Viabilizar o fortalecimento institucional do Conselho Nacional de Saúde.		
Número do processo:	25000.111098/2011-11	Número do SIAFI:	436142
Data de início	30/11/2011	Data de término:	29/11/2021

DETALHAMENTO DO TA	Nº	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
TA:	1	recurso	R\$3.374.100,00
TA:	2	recurso	R\$2.574.100,00
TA:	3	recurso	R\$3.374.100,00
TA:	4	recurso	R\$8.248.200,00
TA:	5	prorrogação	R\$0,00
Valor Total no TC:			R\$ 17.570.500,00

ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA CONTRAPARTE

Área técnica	Conselho Nacional de Saúde (CNS)		
Responsável:	Neide Rodrigues dos Santos (Secretária Executiva do CNS)		
Endereço:	Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco G, Ed. Anexo, Ala B, 1º andar – sala 103 B.		
Telefone:	(61) 33152855	E-mail:	cns@saude.gov.br

ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA OPAS

Área Técnica:	Sistemas e Serviços de Saúde (UTHSS)		
Responsável:	Gerardo Alfaro		
Endereço:	Setor de Embaixadas Norte, Lote 19. Brasília – DF.		
Telefone:	(61)32519595	E-mail:	alfaroge@paho.org.

2. CONTEXTO

A Cooperação Técnica entre a Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) e o Conselho Nacional de Saúde (CNS) é um importante instrumento para qualificação e fortalecimento das ações do Controle Social e da participação no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O CNS é o órgão colegiado, vinculado ao Ministério da Saúde. Que, juntamente com outros mecanismos, como os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, tornam concreto o princípio constitucional de Controle Social do SUS. A referida cooperação técnica permite o desenvolvimento de ações que contemplem o atendimento das deliberações do Plenário do CNS, a assessoria técnica às Comissões, a cooperação técnica com outros países e ações de interação entre o CNS e os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, com objetivos específicos de:

1. Qualificar a participação do Controle Social na formulação e avaliação das políticas de saúde.
2. Defender democracia participativa e representativa.
3. Fortalecer e promover a articulação com os demais órgãos de controle social do SUS.
4. Promover a valorização do trabalhador e a desprecarização das relações de trabalho no SUS.
5. Ordenar e regular a formação profissional em saúde, considerando que a ordenação é uma ação estratégica do controle social.

O Termo de Cooperação nº 68 – “Fortalecimento Institucional do Conselho Nacional de Saúde – CNS” tem o objetivo de prover cooperação técnica ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) para o seu fortalecimento institucional determinado constitucionalmente, o que significa apoiá-lo no cumprimento de seu papel executor e indutor do controle social e da participação popular no sistema de saúde brasileiro, concretamente nas funções de formulação, fiscalização e deliberação sobre as políticas de saúde. O CNS é, por natureza, um ator político do Sistema Único de Saúde, sendo o principal “guardião” dos princípios que regem constitucionalmente o sistema (a Universalidade, a Integralidade e a Equidade), sob as perspectivas dos usuários, dos profissionais de saúde e dos gestores. Considerando isto, as constantes e naturais alterações nos cenários político, econômico e social doméstico e internacional, ocorridas ao longo dos últimos anos, e as dificuldades consequentes à questão econômica enfrentadas pelo mundo e, principalmente, pelo Brasil, vêm trazendo para o Controle Social importantes desafios, os quais vem-se tentando enfrentar com as ferramentas possíveis de organização, debate e mobilização.

Durante todo o período de execução deste Termo de Cooperação, pode-se considerar que a relação de cooperação técnica entre o Conselho Nacional de Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde no Brasil atingiu um nível de maturação de excelência, de tal forma que as atividades planejadas e pactuadas vêm sendo executadas em ritmo adequado e sem contratempos, e que a parceria formal entre as instituições expande-se para além do Termo de Cooperação nº 68, abrangendo diversas outras iniciativas em torno da universalidade, da integralidade e da equidade. Nesse sentido, é importante salientar que novos desafios são impostos ao controle social do SUS, tornando imprescindível a continuidade dos trabalhos de cooperação técnica, a fim de fortalecer e aprimorar os processos de trabalho do CNS, principalmente para dar respostas e acompanhar o Plano Estratégico definido com base na 15ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em outubro de 2015.

Cada um dos quatro Resultados Esperados (RE) elencados em sua Matriz Lógica deste TC encontra-se alinhado às prioridades de cooperação técnica da OPAS/OMS, em especial com a “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, e a “Estratégia de Saúde Universal”. Ao fortalecerem institucionalmente o controle social e a participação ampla da população na saúde, os RE do TC-68 colaboram diretamente para o alcance das metas definidas na “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” pactuada entre os Estados-Membros da Organização das Nações Unidas (em 2015), principalmente no que tange ao ODS 3 “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”.

Soma-se a “Estratégia para o Acesso Universal à Saúde e a Cobertura Universal de Saúde”, expressando o compromisso político dos países da Região no sentido de garantir mais que apenas cobertura, mas também acesso aos serviços e ações de saúde por todas e todos, unindo esforços de cada um deles para o desenvolvimento de sistemas de saúde resolutivos, resilientes e com capacidade para atuar de maneira intersetorial sobre os determinantes sociais da saúde.

3. 1º SEMESTRE DE 2016

3.1 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	1 Assegurar que os Conselhos de Saúde do Brasil possuam dotação orçamentária e estrutura de funcionamento que lhes garanta autonomia e prover acesso a informações para elaboração e execução de Planos de Educação permanente para o Exercício do Controle Social no SUS.
Indicador(es)	
Descrição do(s) Indicador(es)	* Dotação orçamentária e estrutura de funcionamento adequada, nos termos da Resolução 333 do CNS, alcançando 70% dos Conselhos de Saúde no País até o fim de 2012; * 20 Estudos relativos aos processos, estruturas e resultados da participação social em saúde nos âmbitos nacional, estadual e municipal realizados e divulgados até o fim de 2012.
Meta(s)	
Descrição da(s) Meta(s)	NA
Ações Programadas e Finalizadas para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:	4
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:	4
Andamento estimado (0-100%):	100%

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTS

No Plano de Trabalho Semestral do 1º semestre/2016, foram planejadas 4 ações para o alcance deste Resultado Esperado nº 1, sendo todas as ações executadas conforme o planejamento. Dentre as atividades desenvolvidas / apoiadas, destacamos:

1. Apoio para a realização do 12º Congresso Internacional da Rede Unida, que ocorreu entre 21 e 24 de março, na cidade de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. O Congresso Internacional da Rede Unida trouxe como tema central “Diferença sim, desigualdade não: pluralidade na invenção da vida”. O debate sobre a pluralidade da construção dos processos críticos-reflexivos no agir, no ensinar, no aprender e no produzir a saúde, que emergem como necessidades elementares para o fortalecimento do SUS e da Sociedade. Além disso, o tema central valorizou a vida, enquanto representação da diversidade e da singularidade, que se apresenta como um grande desafio no cotidiano, que nos confronta enquanto atores sociais. Como resultados, cerca de quatro mil congressistas, vindos das cinco regiões do país e do exterior, puderam trocar experiências, participar de atividades culturais, visitar os territórios de Campo Grande, e compartilhar conhecimento sobre os mais de três mil trabalhos apresentados. A Cooperação Técnica atuou na organização científica do evento e apoio logístico. (Relatório final do congresso e demais informações podem ser acessadas em <http://historico.redeunida.org.br/congresso2016>).

2. Participação na 22ª Conferência Mundial de Promoção da Saúde, realizada entre 22 a 26 de maio de 2016, em Curitiba, Paraná. O objetivo foi fomentar um fórum global no qual pesquisadores, profissionais e tomadores de decisão compartilharam e discutiram novos conhecimentos, inovações nas práticas, gestões e políticas públicas preocupados com a promoção da saúde e a equidade. Com o eixo estruturante “Promovendo Saúde e Equidade”, a Cooperação Técnica apoiou a Comissão Científica do evento (com membros do CNS e OPAS/OMS), na análise dos resumos de trabalhos e nas discussões e propostas e provenientes de pesquisas, práticas de gestão e de políticas públicas enquadradas dentro dos seguintes subtemas: 1 – imperativos éticos e culturais em intervenções que promovam a saúde e a equidade; 2 – Transformações urbanas para promover diferenças em nível local, dando visibilidade e voz às populações e atores emergentes; 3 – Saúde em todas as políticas e ações intersetoriais: inovações na teoria, avaliação e pesquisa; 4 – Acesso para alcançar o desenvolvimento humano sustentável e saudável em uma escala global; e 5 – Definição de critérios de pesquisa compartilhados para uma prática global. O Relatório final do evento pode ser acessado em: <http://www.iuhpeconference2016.com/>.

3. Apoio para a realização de Reuniões de Comissões Intersetoriais e Plenária do CNS no período. Com o objetivo de ampliar a participação social, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) conta com dezoito comissões intersetoriais, que acompanham e fiscalizam as ações e serviços do SUS no Brasil. As comissões intersetoriais têm como objetivo assessorar o plenário do CNS na formulação de estratégias e no controle da execução de políticas públicas de saúde, reiterando os princípios do SUS e do controle social. As reuniões apoiadas nesse semestre foram:

- a. Reunião da Comissão Intersetorial de Orçamento e Financiamento – COFIN;
- b. Reunião da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP;
- c. Reunião da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora;
- d. 277ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional De Saúde;
- e. 278ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional De Saúde;
- f. 279ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional De Saúde;
- g. 280ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional De Saúde;
- h. 281ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional De Saúde;
- i. 282ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional De Saúde;

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

A cooperação técnica manteve-se ativa no período. As ações do Plano de Trabalho Semestral (PTS) foram cumpridas conforme o planejamento inicial.

Entretanto, é importante revisar e aperfeiçoar os mecanismos administrativos das duas instituições (OPAS e CNS), para dar mais agilidade e eficiência aos processos.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Observa-se que as várias ações realizadas foram fundamentais para os processos de institucionalização do CNS e para o fortalecimento de suas atividades no período, para o avanço e aprofundamento do controle social no país, assim como de ampliação da educação permanente para o controle social no SUS.

A participação do CNS na organização científica de eventos importantes da área da saúde, proporcionada por essa Cooperação Técnica, consolida o parceiro como ator relevante e ativo na condução e formulação de políticas e programas para o SUS. Segundo Arantes et al (2007), “a participação popular e o controle social em saúde, dentre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), destacam-se como de grande relevância social e política, pois se constituem na garantia de que a população participará do processo de formulação e controle das políticas públicas de saúde. No Brasil, o controle social se refere à participação da comunidade no processo decisório sobre políticas públicas e ao controle sobre a ação do Estado”.

Referência: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072007000300013

2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	2	Promover intercâmbio internacional de ações do CNS sobre participação social em saúde.
Indicador(es)		
Descrição do(s) Indicador(es)	* 20 Estudos comparativos entre o Brasil e outros países sobre mecanismos e tecnologias de participação social na saúde * realizada e divulgada até o fim de 2012; * Edição e divulgação de relatório técnico sobre a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social até o fim de 2012	
Meta(s)		
Descrição da(s) Meta(s)	NA	
Ações Programadas e Finalizadas para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:	0	

Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:	0
Andamento estimado (0-100%):	0%

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTS

Dentro do Plano de Trabalho Semestral, não foram programadas ações para este Resultado Esperado no período.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Não se aplica.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Não se aplica.

3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	3	Fortalecer as Comissões Intersetoriais do Conselho Nacional de Saúde em sua função de assessoramento do Pleno, em ações junto a outras áreas de políticas públicas e fortalecimento do controle social de políticas públicas junto a sociedade civil e as três esferas de gestão.
Indicador(es)		
Descrição do(s) Indicador(es)	* 10 Reuniões realizadas com relatórios divulgados até o fim de 2012.	
Meta(s)		
Descrição da(s) Meta(s)	NA	
Ações Programadas e Finalizadas para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:	0	
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:	0	
Andamento estimado (0-100%):	0%	

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTS

Dentro do Plano de Trabalho Semestral, não foram programadas ações para este Resultado Esperado no período.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Não se aplica.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Não se aplica.

4) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
---	--	--

Nº do RE/Descrição do RE:	4	Promover o levantamento, divulgação e implementação de experiências exitosas em controle social.
Indicador(es)		
Descrição do(s) Indicador(es)	* Ampliação do conhecimento sobre as deliberações de conferências nacionais de saúde até o fim de 2012; * Pelo menos 10 (atenção: dez) experiências exitosas em controle social no Brasil divulgadas internacionalmente até o fim de 2012.	
Meta(s)		
Descrição da(s) Meta(s)	NA	
Ações Programadas e Finalizadas para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:	0	
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:	0	
Andamento estimado (0-100%):	0%	

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTS

Dentro do Plano de Trabalho Semestral, não foram programadas ações para este Resultado Esperado no período.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Não se aplica.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Não se aplica.

3.2 RESUMO SEMESTRAL: 1º SEMESTRE

RE	Ações Programadas	Ações Finalizadas	Ações Adiadas/ Canceladas	% estado de avanços das ações
1	4	4	0	100%
2	0	0	0	0%
3	0	0	0	0%
4	0	0	0	0%
Total:	4	4	0	100%

4. 2º SEMESTRE DE 2016

4.1 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	1	Assegurar que os Conselhos de Saúde do Brasil possuam dotação orçamentária e estrutura de funcionamento que lhes garanta autonomia e prover acesso a informações para elaboração e execução de Planos de Educação permanente para o Exercício do Controle Social no SUS.
Indicador(es)		
Descrição do(s) Indicador(es)	* Dotação orçamentária e estrutura de funcionamento adequada, nos termos da Resolução 333 do CNS, alcançando 70% dos Conselhos de Saúde no País até o fim de 2012; * 20 Estudos relativos aos processos, estruturas e resultados da participação social em saúde nos âmbitos nacional, estadual e municipal realizados e divulgados até o fim de 2012.	
Meta(s)		
Descrição da(s) Meta(s)	NA	
Ações Programadas e Finalizadas para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:	5	
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:	5	
Andamento estimado (0-100%):	100%	

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTS

No Plano de Trabalho Semestral do 2º semestre/2016, foram planejadas 5 ações para o alcance deste Resultado Esperado nº 1 e estas foram plenamente executadas. Dentre as atividades desenvolvidas / apoiadas, destacamos:

1. Organização da 20ª Plenária Nacional de Conselhos de Saúde, Entidades e Movimentos Sociais e Populares, que ocorreu em Brasília nos dias 24 e 25 de agosto, no Centro de Convenções Internacional do Brasil. Com o tema o SUS do tamanho do Brasil, a plenária reuniu participantes de todas as regiões do país, entre conselheiros de saúde, representantes de movimentos sociais e gestores. As Plenárias de Conselhos de Saúde foram criadas por deliberação do 1º Congresso Nacional de Conselhos de Saúde, que aconteceu em abril de 1995, em Salvador - BA. Seu objetivo principal é promover a relação dos Conselhos de Saúde com a esfera nacional na perspectiva de fortalecer a participação popular no SUS. A 20ª Plenária teve como tema “O SUS DO TAMANHO DA NECESSIDADE DO POVO BRASILEIRO”. A Cooperação Técnica contribuiu para a organização do evento, logística e produção do seu relatório final, que pode ser acessado em: http://conselho.saude.gov.br/web_plenaria/index.html.

2. Realização do Seminário Nacional de Saúde da Mulher, com o objetivo de ouvir as demandas sociais para a construção da 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres. O evento foi realizado em Brasília, durante os dias 04 e 05 de novembro e contou com a participação de 200 pessoas representantes de movimentos sociais de todos os estados brasileiros. O tema foi “Histórias e lutas inscritas em nossos corpos e expressas em nossa saúde: nenhum direito a menos”. O seminário serviu de base para a produção do Documento Orientador para a 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres, que pode ser acessado no link: http://www.saude.campinas.sp.gov.br/saude/cms/conf_estaduais_nacionais/conf_saude_mulheres/Documento_orientador_CNSM.pdf. A Cooperação Técnica contribuiu com a logística do evento e produção do Documento acima mencionado.

3. Produção e impressão do Manual de Orçamento e Finanças Públicas para Conselheiros e Conselheiras de Saúde. O objetivo deste Manual foi de apresentar as noções básicas relativas ao orçamento e às finanças públicas, tendo como público-alvo os conselheiros de saúde. Os conselheiros nacionais, estaduais e municipais de saúde sabem que os serviços públicos de saúde não podem melhorar sem o financiamento adequado e estão atentos principalmente para a mudança do modelo de atenção, para que a atenção básica seja a ordenadora do cuidado, e para a valorização dos servidores públicos da Saúde. Também entendem que é preciso apoiar novas fontes de receita que respeitem a tributação progressiva (paga mais quem ganha mais), no atual contexto da crise fiscal. Do ponto de vista metodológico, a elaboração deste Manual obedeceu à cronologia do “Ciclo Orçamentário” e capacita os conselheiros nesse sentido. O manual pode ser acessado em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_financas_publicas_conselheiros_conselheiras_saude.pdf.

4. Apoio para a realização de Reuniões de Comissões Intersetoriais e Plenária do CNS no período. Com o objetivo de ampliar a participação social, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) conta com dezoito comissões intersetoriais, que acompanham e fiscalizam as ações e serviços do SUS no Brasil. As comissões intersetoriais têm como objetivo assessorar o plenário do CNS na formulação de estratégias e no controle da execução de políticas públicas de saúde, reiterando os princípios do SUS e do controle social. As reuniões apoiadas nesse semestre foram:

Reunião da Comissão intersetorial de Orçamento e Financiamento – COFIN;

- a. Reunião da Comissão Intersectorial de Saúde Indígena - CISI/CNS
- b. Reunião da Comissão Intersectorial de Atenção a Saúde nos Ciclos de Vida
- c. Reunião da Comissão intersectorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora;
- d. Reunião da Comissão Intersectorial de Saúde Mental - CISM/CNS;
- e. Reunião da Comissão Intersectorial Atenção a Saúde das Pessoas com Deficiência - CIASPD/CNS;
- f. 283ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional De Saúde.
- g. 284ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional De Saúde.
- h. 285ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional De Saúde.
- i. 286ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional De Saúde.
- j. 287ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional De Saúde.
- k. 288ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional De Saúde.

Nesse semestre, ainda foram realizadas a contratação de 3 consultorias especializadas em “prestação de serviço técnico para subsidiar e apoiar os trabalhos da Assessoria de Comunicação Social do Conselho Nacional de Saúde no processo específico de promoção, disseminação e fortalecimento do Controle Social”. As consultorias tiveram como objetivo principal subsidiar e apoiar os trabalhos das Comissões Intersetoriais do CNS com a produção de documentos técnicos, análises e estudos, além de apoiar o trabalho de comunicação em Saúde e o próprio funcionamento do CNS. Os relatórios técnicos e os materiais produzidos levam em consideração que a comunicação é fundamental para desenvolvimento de Conselhos de Saúde capazes de articular e promover a efetiva participação social no Sistema Único de Saúde, de tal forma que vem sendo entendida pelo CNS como eixo central de sua atuação.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

A cooperação técnica manteve-se ativa no período. As ações do Plano de Trabalho Semestral (PTS) foram cumpridas em sua totalidade. Entretanto, é importante revisar e aperfeiçoar os mecanismos administrativos internos das duas instituições (OPAS e CNS), para dar mais agilidade e eficiência aos processos.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

As ações realizadas foram fundamentais para os processos de institucionalização do CNS e para o fortalecimento de suas atividades no período, para o avanço e aprofundamento da participação social no país, assim como de ampliação da educação permanente para o controle social no SUS. Nesse sentido, a Cooperação Técnica apoiou várias atividades de desenvolvimento institucional do CNS para aprimorar sua capacidade de fomentar e concretizar a participação social.

A participação do CNS na organização científica de eventos importantes da área da saúde, proporcionada por essa Cooperação Técnica, consolida o parceiro como ator relevante e ativo na condução e formulação de políticas e programas para o SUS. Segundo Arantes et al (2007), “a participação popular e o controle social em saúde, dentre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), destacam-se como de grande relevância social e política, pois se constituem na garantia de que a população participará do processo de formulação e controle das políticas públicas de saúde. No Brasil, o controle social se refere à participação da comunidade no processo decisório sobre políticas públicas e ao controle sobre a ação do Estado”.

Referência: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072007000300013

2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	2 Promover intercâmbio internacional de ações do CNS sobre participação social em saúde.
Indicador(es)	
Descrição do(s) Indicador(es)	* 20 Estudos comparativos entre o Brasil e outros países sobre mecanismos e tecnologias de participação social na saúde * realizada e divulgada até o fim de 2012; * Edição e divulgação de relatório técnico sobre a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social até o fim de 2012.
Meta(s)	
Descrição da(s) Meta(s)	NA
Ações Programadas e Finalizadas para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:	0
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:	0
Andamento estimado (0-100%):	0%

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTS

Dentro do Plano de Trabalho Semestral, não foram programadas ações para este Resultado Esperado no período.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Não se aplica.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Não se aplica.

3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	3 Fortalecer as Comissões Intersetoriais do Conselho Nacional de Saúde em sua função de assessoramento do Pleno, em ações junto a outras áreas de políticas públicas e fortalecimento do controle social de políticas públicas junto a sociedade civil e as três esferas de gestão.
Indicador(es)	
Descrição do(s) Indicador(es)	* 10 Reuniões realizadas com relatórios divulgados até o fim de 2012.
Meta(s)	
Descrição da(s) Meta(s)	NA
Ações Programadas e Finalizadas para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:	0

Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:	0
Andamento estimado (0-100%):	0%

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTS

Dentro do Plano de Trabalho Semestral, não foram programadas ações para este Resultado Esperado no período.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Não se aplica.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Não se aplica.

4) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	4	Promover o levantamento, divulgação e implementação de experiências exitosas em controle social.
Indicador(es)		
Descrição do(s) Indicador(es)	* Ampliação do conhecimento sobre as deliberações de conferências nacionais de saúde até o fim de 2012; * Pelo menos 10 (atenção: dez) experiências exitosas em controle social no Brasil divulgadas internacionalmente até o fim de 2012.	
Meta(s)		
Descrição da(s) Meta(s)	NA	
Ações Programadas e Finalizadas para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:	0	
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:	0	
Andamento estimado (0-100%):	0%	

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTS

Dentro do Plano de Trabalho Semestral, não foram programadas ações para este Resultado Esperado no período.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Não se aplica.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Não se aplica.

4.2 RESUMO SEMESTRAL: 2º SEMESTRE

RE	Ações Programadas	Ações Finalizadas	Ações Adiadas/ Canceladas	% estado de avanços das ações
1	5	5	0	100%
2	0	0	0	0%
3	0	0	0	0%

4	0	0	0	0%
Total:	5	5	0	100%

5. RESUMO ANUAL

5.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho semestral)

1) Situação do progresso das ações programadas, finalizadas com relação ao PTS

Avaliação Geral das Ações Programadas no Ano			
Situação do Projeto	1º semestre de 2019	2º semestre de 2019	Anual 2019
Nº total de RE com ações programadas no período	1	1	1/4
Nº total de ações programadas	4	5	9
Nº total de ações finalizadas	4	5	9

RE	Ações Programadas	Ações Finalizadas	Ações Adiadas/ Canceladas	% estado de avanços das ações
1/1	9	9	0	100%
2/2	0	0	0	0%
3/3	0	0	0	0%
4/4	0	0	0	0%
Total:	9	9	0	100%

5.2 CONTRIBUIÇÃO ÀS PRIORIDADES DO GOVERNO E AO PLANO ESTRATÉGICO DA OPAS

A cooperação técnica vem sendo desenvolvida de forma a contribuir com os resultados em saúde do país e com o Plano Estratégico da OPAS, abrangendo as áreas programáticas definidas em ambos os instrumentos de planejamento estratégico. As ações desenvolvidas nos Planos de Trabalho Semestrais - PTS 2016 1 e 2 deste Termo de Cooperação contribuíram diretamente para a consecução dos objetivos, metas e resultados do “Plano Estratégico da Organização Pan-americana da Saúde 2014-2019- Em prol da saúde: desenvolvimento sustentável e equidade”. Mais especificamente, está relacionado ao Resultado Intermediário 4.1 – Aumento da capacidade nacional para alcançar a cobertura universal de saúde, expresso no indicador 4.1.2 – Número de países e territórios que implementaram ações tendentes à consecução progressiva do acesso universal à saúde e a cobertura universal de saúde. Ainda está relacionado ao Resultado intermediário 4.2 – Serviços de saúde integrados, centrados nas pessoas e de boa qualidade, expresso no indicador 4.2.1 – Número de países que reduziram em pelo menos 10% as hospitalizações para a atenção ambulatorial de afecções sensíveis. O Termo de Cooperação contribui com esses indicadores, pois fortalece a governança do sistema de saúde brasileiro ao promover o fortalecimento de sua instância de participação social. A participação e o controle social, por sua vez, promovem maior equidade nas políticas de saúde.

Dentro do Plano de Trabalho Bianual 16-17 da OPAS/OMS Brasil, este TC se alinha à Área Programática 4.1 - Governança e financiamento da saúde; políticas, estratégias e planos nacionais de saúde.

As ações e atividades realizadas no 68º Termo de Cooperação firmado entre o Ministério da Saúde, por intermédio do Conselho Nacional de Saúde – CNS, e a Organização Pan-americana da Saúde – OPAS/OMS tem total consonância com as propostas aprovadas na 16ª Conferência. O Termo de Cooperação nº 68 tem o objetivo de prover cooperação técnica ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) para o seu fortalecimento institucional determinado constitucionalmente, o que significa apoiá-lo no cumprimento de seu papel executor e indutor do controle social e da participação popular no sistema de saúde brasileiro, concretamente nas funções de formulação, fiscalização e deliberação sobre as políticas de saúde. O CNS é, por natureza, um ator político do Sistema Único de Saúde, sendo o principal "guardião" dos princípios que regem constitucionalmente o sistema (a Universalidade, a Integralidade e a Equidade), sob as perspectivas dos usuários, dos profissionais de saúde e dos gestores.

O Termo de Cooperação obedece à agenda de atividades programadas e aprovadas pelo Pleno do Conselho Nacional de Saúde, com base no disposto na Lei 8.142/90 e Lei Complementar 141/2012, tratando-se da execução de serviços compatíveis à vigência do instrumento e prazo de execução do objeto e possui por finalidade a promoção, qualificação e fortalecimento das ações e atividades do Conselho Nacional de Saúde. O Plano de Trabalho Geral é elaborado em consonância ao atendimento das metas previstas na Matriz Lógica, bem como, tem como objetivo planejar e executar as ações que alcancem a realização de defender o sistema único de saúde público, universal e de qualidade mobilizando a sociedade brasileira em defesa do estado democrático e do direito à saúde, e participar da formulação e monitoramento da política nacional de saúde, fortalecendo o caráter deliberativo do Controle Social.

O alcance das metas no que tange o fortalecimento dos Conselhos de Saúde no desempenho das atividades e no acesso a informações destinadas à elaboração e à execução dos Planos de Educação Permanente para o fortalecimento do Controle Social no SUS realiza-se, principalmente, por meio da promoção de estudos e pesquisas relativos aos processos, estrutura e resultados da participação social em saúde nos âmbitos nacional, estadual e municipal, o que sistematicamente é fundamentado pelo trabalho das Comissões Intersetoriais Temáticas de assessoramento ao Pleno do Conselho Nacional de Saúde.

É por meio do Termo de Cooperação com a OPAS/OMS que o Conselho Nacional de Saúde planeja e organiza as ações e atividades institucionais nacionais de qualificação técnica relativa à participação social em saúde e o apoio a este tipo de atividade nos âmbitos estadual, municipal e nacional, realizando processos de capacitação de conselheiros de saúde, relativos ao acesso e análise de informações de saúde e a divulgação de informações e análises em saúde de interesse aos organismos de controle social no país.

A contratação de consultorias técnicas de assessoramento às atividades da Secretaria Executiva do CNS cumpre papel fundamental no aprofundamento e elaboração de estudos sobre temas setoriais de interesse direto das comissões intersetoriais do CNS, bem como, no apoio ao desenvolvimento e análises com foco em temas conjunturais da saúde. Além disso, possibilita a realização de atividades institucionais que dão amplitude aos debates nacionais cujo foco compõe a agenda política do CNS. A contratação da consultoria técnica representa 25% do valor total do termo de adesão e cumpre o papel efetivo de realização das pautas de conteúdos e metodologia por meio da elaboração final de produtos que fazem elo com o planejamento estratégico do CNS.

Neste ano de 2016, as ações de Cooperação Técnica se concentraram no Resultado Esperado nº 1 da referida Matriz Lógica: *Assegurar que os Conselhos de Saúde do Brasil possuam dotação orçamentária e estrutura de funcionamento que lhes garanta autonomia e prover acesso a informações para elaboração e execução de Planos de Educação permanente para o Exercício do Controle Social no SUS*. Tal priorização ocorreu de acordo com as necessidades da contraparte.

Ademais das ações estritamente relacionadas à execução deste TC68, o CNS e a OPAS/OMS no Brasil vêm sendo parceiros de primeira hora em diversas outras iniciativas que visam a garantia do direito à saúde no país, o fortalecimento do SUS, a melhoria da qualidade das ações e serviços prestados à população, a educação permanente dos profissionais, a ampliação da transparência e da participação da sociedade no sistema de saúde, a identificação e o debate dos problemas e desafios da saúde no país e a construção coletiva de soluções adequadas às necessidades nacionais e locais.

Referências:

Plano Estratégico da Organização Pan-americana da Saúde 2014-2019- Em prol da saúde: desenvolvimento sustentável e equidade:

(<https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2017/paho-strategic-plan-por-2014-2019.pdf>).

Plano de Trabalho Bianual 16-17 da OPAS/OMS Brasil:

(<https://www.paho.org/bra/images/stories/GCC/plano%20de%20trabalho%202016-17%20representacao.pdf?ua=1>).

Lei 8112 de 28 de dezembro de 1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências:

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm).

5.3 LIÇÕES APRENDIDAS/RECOMENDAÇÕES

Pode-se considerar que a relação de cooperação técnica entre o Conselho Nacional de Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde no Brasil atingiu um nível de maturação de excelência, de tal forma que a parceria formal entre as instituições expande-se para além do Termo de Cooperação nº 68, abrangendo diversas outras iniciativas em torno da universalidade, da integralidade e da equidade.

Durante a vigência da Cooperação Técnica, destacamos as seguintes lições aprendidas:

1. O fortalecimento da participação e do controle social, no atendimento às necessidades de democratização do acesso e da gestão na saúde, apresenta interfaces e oportunidades de trabalho interprogramático na cooperação técnica com a OPAS/OMS.
2. O Sistema Único de Saúde fortalecido em seu componente de participação e controle social cumpre com o objetivo estabelecido pelo Termo de Cooperação 68, por intermédio das estratégias de aprimoramento do trabalho no Conselho Nacional de Saúde e por meio da qualificação de suas Comissões.
3. A OPAS/OMS no Brasil possui grande interesse em continuar o apoio e a cooperação técnica no âmbito da Participação Social, entendendo como um componente vital na governança do sistema e para o fortalecimento do SUS como sistema pública universal de saúde.

Sobre as recomendações, a execução do TC 68 tem permitido efetivar parcerias com as instâncias gestoras do SUS nas esferas federal, estadual e municipal, com a sociedade civil, as universidades e centros de pesquisa e com organizações não governamentais em torno de projetos que contribuem para o fortalecimento institucional do CNS e da participação social em saúde no país. Na linha do marco cooperativo estabelecido com o CNS, especialmente com base no histórico da experiência brasileira em participação social em saúde, na qual se destaca a realização das Conferências Nacionais que aprovam diretrizes para a saúde pública brasileira, recomenda-se o desenvolvimento de instrumentos que permitam o intercâmbio de experiências com outros países e a produção de estudos e publicações sobre a importância do controle social em sistemas que assegurem cobertura universal de saúde, tema que adquire especial relevância em termos regionais de uma cooperação nas Américas.

É importante que as mudanças contextuais e tal amadurecimento da cooperação sejam refletidos nos instrumentos de gestão da cooperação, de tal forma que se torna importante a revisão da Matriz Lógica para que a Cooperação Técnica possa ser refletida nos indicadores de forma fidedigna, atualizando os processos de registro, monitoramento e avaliação dos Resultados Esperados do TC.

5.4 EXECUÇÃO FINANCEIRA (de acordo com o relatório financeiro oficial da OPAS/OMS)

Recursos repassados	US\$ 6.720.981,61
Recursos desembolsados	US\$ 5.536.886,42
Pendente de pagamento	US\$ 1.064.235,91
Saldo	US\$ 119.859,28